



CONGRESSO NACIONAL

MPV 910  
00420 Etiqueta

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 17/12/2019	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910 DE 2019
--------------------	--

Autor Deputado SÉRGIO VIDIGAL	Nº do Prontuário
----------------------------------	------------------

Supressiva	Substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	Aditiva	Substitutiva Global
------------	--------------	--	---------	---------------------

Artigo: 2º	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	Número:
------------	------------	---------	---------	---------

### EMENDA

**Altere-se** a redação dada pelo Art. 2º da Medida Provisória nº 910/2019 ao caput do Art. 13, ao § 2º e ao inciso IV do § 3º do Art. 13 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, na forma abaixo:

“Art. 2º .....

.....

‘Art. 13. Os requisitos para a regularização fundiária de imóveis de até **quatro** módulos fiscais serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita à responsabilização penal, civil e administrativa.

.....

§ 2º O Incra dispensará a realização da vistoria prévia de imóveis de até **quatro** módulos fiscais, sem prejuízo do poder fiscalizatório, após análise técnica dos documentos referidos no § 1º, se verificado o preenchimento dos requisitos estabelecidos por esta Lei.

§ 3º .....

VI - acima de **quatro** módulos fiscais; ou

.....’ (NR)” (NR)



CD/19591.80328-73



## CONGRESSO NACIONAL

### JUSTIFICAÇÃO

A redação dada pela MPV 910/2019 ao Art. 13 da Lei nº 11.952/2009 apenas ampliou o parâmetro de 4 módulos fiscais (definição de propriedade “pequena”, Lei nº 8.629/93) para 15 módulos fiscais (propriedade média). Considera-se que essa ampliação pode dar margem à especulação fundiária, por autorizar os ocupantes a declararem terrenos maiores do que eles efetivamente ocupavam. A intenção desta emenda é, portanto, restabelecer o limite de 4 módulos fiscais à redação da Lei.

A possibilidade de declaração do ocupante já estava presente na Lei nº 11.952/2009 em vigor. Preservam-se os parágrafos inseridos pela MPV 910/2019 que determinam os limites e regras a serem observados para o ocupante do terreno se candidatar à regularização fundiária.

Pelas razões apresentadas, peço ao senhor Presidente da Comissão que submeta esta emenda à apreciação do colegiado, com vistas à sua aprovação.

**Deputado SÉRGIO VIDIGAL**  
**PDT-ES**



CD/19591.80328-73